

GT33: Direito à cidade: engajamentos, resistências e lutas por direitos sociais em espaços urbanos.

Michelle Lima Domingues, Priscila Tavares

O GT se propõe discutir práticas, valores, sentidos e representações que, associados à noção de cidadania, se expressam em lutas por direitos sociais na cidade e incorporam processos de demandas materiais e imateriais mormente vinculados à proposição de uma vida digna. São bem-vindos trabalhos etnográficos que expressem análises da dimensão política, moral, jurídica, burocrático-administrativa e pedagógica de tais processos, bem como da consequente produção de subjetividades e práticas de intervenção, cujos sujeitos demandantes de direitos podem ser representados ou mediados por movimentos sociais, associações, organizações comunitárias, ONGs, entidades filantrópicas de maneira geral e/ou agentes estatais. Pontuamos que as desigualdades sociais, fundadas historicamente em um regime de cidadania no país profundamente desigual em sua distribuição, que impõe limites ao acesso a direitos sociais por diversos segmentos e grupos sociais subalternizados na sociedade brasileira, têm se agravado no contexto da pandemia da Covid-19 e da política de austeridade fiscal, ressignificando instrumentos e recursos de acesso a estes direitos. Diante de tal conjuntura desafiadora, propomos debater as diferentes formas de engajamento, de luta e de resistência em espaços urbanos que podem conformar a organização de sujeitos demandantes de direitos sociais (direito à moradia, à educação, à saúde, entre outros), assim como a regulação de relações sociais que pressupõem a cidadania como valor.

"Quando a gente está na rua, a rua é nossa": reflexões sobre manifestações de rua no Rio De Janeiro.

Autoria: Marcos Vinícius Sales

Ocupar às ruas, tradicionalmente, faz parte do repertório dos movimentos sociais. Apropriar-se do espaço público, enquanto corpo coletivo, é uma maneira de visibilizar e significar os antagonismos e conflitos na sociedade e enfrentar às questões do tempo presente. Nesse sentido, os espaços públicos correspondem à dimensão espacial da política e possuem relação direta com a vida pública, são os lugares do discurso político e estão intimamente ligados com um agir comunicativo (HABERMAS, 2012). A ocupação do espaço público tem a ver com o direito a cidade e o exercício da cidadania. É claro que o exercício da cidadania e as possibilidades de participação são influenciadas por marcadores de gênero, raça, classe, geração, escolaridade, ocupação profissional e etc. Além disso, questões como a distribuição de renda, as relações imperialistas travadas no globo, o racismo ambiental, crises de representação política, as escassas possibilidades de autodeterminação e assim por diante colocam a cidadania em horizontes mais distantes para alguns sujeitos e grupos. Harvey (2015) pontua que o tipo de cidade em que desejamos viver é inseparável do tipo de pessoa que desejamos ser. A liberdade de fazer e refazer a nós mesmos e as nossas cidades é um dos mais preciosos de todos os direitos humanos. A partir dessas ideias, esta proposta objetiva pensar quais são as sensações/sentimentos/afetos provocadas em participantes de manifestações públicas de rua no Rio de Janeiro durante esses acontecimentos. Mesmo diante de toda diversidade que compõe um ato de rua, se objetiva refletir qual é o elemento comum entre os atores que se aglutinam por uma causa. É imprescindível considerar que, apesar da ocupação do espaço público ser a metodologia de ação da militância, a realização de eventos neste formato enfrenta diversos tipos de hostilidade, seja do próprio espaço urbano, da polícia, da mídia, dos adversários e etc. Para dar cabo desta reflexão, foram realizadas entrevistas com participantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Fundada em 28 de agosto de 1983 na cidade de São Bernardo do Campo, no estado de São Paulo, durante o Primeiro Congresso Nacional da

Classe Trabalhadora, Conclat. O movimento social possui ressonância em todo território nacional, fazendo-se presente na maioria nas manifestações e atos de rua no Rio de Janeiro. Atualmente, as lutas da CUT incorporam reflexões profundas sobre as situações particulares de trabalhadoras mulheres, trabalhadores negros, trabalhadores LGBTQIA+, trabalhadores informais e trabalhadores em situação de rua. Palavras-chave: Manifestação. Cidade. Espaço Público. Movimentos Sociais. Participação.

[Trabalho completo](#)

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

